



Perfil do metalúrgico desempregado e o processo de reestruturação produtiva¹

Elisa Maria de Andrade Brisola²

Leonardo Barbagallo³

Maria Regina de Ávila Moreira⁴

Maria Regina Namura⁵

Maria Teresa dos Santos⁶

Paulo Romano Reschilian⁷

Resumo

As transformações do mundo do trabalho, decorrentes da globalização, da reestruturação produtiva e das inovações tecnológicas, engendram, nas ciências humanas, discussões sobre o desemprego e a precarização do trabalho, que incidem nas condições de vida dos indivíduos que se constituíram na “sociedade do trabalho”. Nessa sociedade, alterada em seus fundamentos econômicos, políticos, de produção e reprodução da vida, nos seus valores morais e éticos, a relação entre a cidadania e a

¹Este artigo refere-se às reflexões pertinentes à primeira etapa da pesquisa em andamento: “Desemprego, Subjetividade e Cidadania” entre os trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos – SP, no período de 1996 a 2000, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais – NEPPS da Universidade de Taubaté.

² Doutora em Serviço Social, PUCSP, Professora e Chefe do Departamento de Serviço Social da Unitau.

³ Doutor em Serviço Social, PUCSP, Assistente Social na Prefeitura de São Paulo, Professor do Departamento de Serviço Social da Unitau.

⁴ Doutora em Serviço Social, PUCSP, Assistente Social na Prefeitura de São José dos Campos, Professora do Departamento de Serviço Social da Unitau.

⁵ Doutora em Psicologia Social, PUCSP, Professora Supervisora do Departamento de Psicologia da Unitau, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais da Unitau.

⁶Doutora em Serviço Social, PUCSP, Professora do Departamento de Serviço Social da Unitau, Vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais da Unitau.

⁷ Doutor em Arquitetura e Urbanismo, FAUSP, Professor do Departamento de Arquitetura da Unitau.

construção da subjetividade entre os trabalhadores excluídos do trabalho formal exigiu a caracterização desses sujeitos. Dessa forma, pretendemos, com este artigo, apreender e analisar o perfil dos trabalhadores desempregados da indústria metalúrgica de São José dos Campos como resultante do processo da reestruturação produtiva do setor a partir do levantamento das homologações ocorridas no Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos entre 1996 e 2000. A pesquisa revelou, nessa fase, a demissão indiscriminada dos trabalhadores, independentemente do tempo de casa, da qualificação, da idade, sexo, faixa salarial, indicando um mecanismo de redução de postos de trabalho assalariados/formais promovidos pela competitividade, internacionalização do capital e ausência de políticas nacionais, em decorrência do modelo econômico de inserção internacional.

Palavras-chave: desemprego, precariedade do trabalho, subjetividade, cidadania.

Profile of the unemployed metallurgist and the process of productive reorganization

Abstract

The transformation of the labor relations deriving from the globalization, production restructuring and technological innovations engender in the Human Sciences a debate about the effects of unemployment and labor precariousness in the life conditions of individuals that have constitute themselves in the “wok society”. In such society, modified in its fundamentals – economical, political, life generation and life reproduction – as well as in its moral and ethical values, a context was created whose relationship with the citizenship and the construction of a subjectivity among the excluded workers from the formal labor have demanded the characterization of these subjects. This way, we aim in this article apprehend and analyze the profile of the unemployed workers from the metallurgical industry in São José dos Campos as a consequence of the production restructuring process in such segment using data extracted from the legal dismissal agreements registered from 1996 to 2000 in the Metallurgical Workers’ Union in São José dos Campos. The research has revealed, at this point,

an indiscriminate workers firing, regardless of job time, qualification, age, gender or salary, indicating a mechanism of headcount reduction of salaried/formal employees promoted by competitiveness, capital internationalization and a lack of national policies resulting from economic models of international insertion.

Key words – unemployment, labor precariousness, subjectivity, citizenship.

Introdução

O perfil do trabalhador desempregado retratado neste artigo forneceu elementos objetivos para a escolha dos sujeitos a serem entrevistados na segunda etapa da pesquisa⁸, em curso desde fevereiro de 2004.

Para identificarmos esses sujeitos, valemo-nos da análise das homologações dos trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos demitidos entre 1996 e 2000, período que corresponde ao aprofundamento das medidas neoliberais e de reestruturação produtiva no Brasil.

A coleta de dados contemplou o universo de 219 empresas metalúrgicas de São José dos Campos/SP, a partir da amostra de 3.148 homologações, que representou 10% do total de demitidos no setor. A amostra estratificada do período considerado garantiu a fidedignidade dos dados, reforçada pelo registro das empresas que apresentaram apenas uma homologação no mesmo período.

A documentação do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos está organizada por fábrica, ordem alfabética e data de homologação. Verificamos que, até meados de 1997, as fichas de homologação não apresentavam dados referentes ao registro dos cargos/funções dos trabalhadores demitidos, aspecto que impediu uma análise específica da relação demissão/ocupação.

Desse modo, a tabulação dos dados constituiu-se no cruzamento dos seguintes elementos: tempo de permanência no emprego, idade de ocorrência da demissão, ano X motivo da demissão, salário X ano de demissão, salário X sindicalização X sexo, sexo X sindicalização, idade X sindicalização, ano de admissão X motivo e ano de demissão.

Antes de examinar os resultados, é importante evidenciar a perspectiva analítico-conceitual que adotamos no presente artigo, posto que tal posicionamento direciona a análise dos resultados desta etapa da pesquisa, que, na sua totalidade, implica intercessões entre desemprego, subjetividade e cidadania.

⁸ A configuração metodológica da pesquisa na sua totalidade é de natureza quantitativa e objetiva conhecer a trajetória de vida de trabalhadores demitidos, para se compreender os processos de subjetivação do trabalhador na condição de desempregado intercambiado ao projeto de modernização neoliberal do Estado brasileiro e sua proposição de cidadania. Pretende-se, dessa forma, investigar, por meio de entrevistas semi-estruturadas, a subjetividade, a concepção e a experiência de cidadania e trabalho implicadas na vida social desses indivíduos, em suas expectativas e perspectivas quanto a reinserção no mundo do trabalho.

O mundo do trabalho em transformação

As bases sob as quais partimos para compreender a dinâmica das forças produtivas nos anos 90 do século XX e para traçar o perfil dos trabalhadores metalúrgicos demitidos em São José dos Campos estão alicerçadas em uma concepção materialista-histórica e dialética da sociedade, concepção esta que entende as transformações do capital como um processo de formação social (SINGER, 1997) ou como um processo civilizatório (IANII, 2001). Isso nos remete à consideração da realidade social na sua totalidade e, portanto, à análise das múltiplas implicações das mutações do mundo do trabalho no conjunto da sociedade, que experimenta agudamente a insegurança e a instabilidade nas relações de trabalho, e nas demais relações sociais a partir da segunda metade da década de 1970, intensificadas na última década do século XX. A chamada “acumulação flexível do capital” (HARVEY, 1992) põe em movimento novas formas de organização dos processos de trabalho, de composição da classe dos trabalhadores, das relações trabalhistas, do poder de negociação dos sindicatos, dos níveis salariais, de emprego e desemprego da classe *que vive do trabalho* (ANTUNES, 1995), atingindo a estrutura social e os modos de ser e existir dos indivíduos.

Entendemos, com base na literatura consultada⁹, que vivemos três processos combinados e mutuamente implicados – reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo –, que correspondem à necessidade de recomposição do capital em seus índices de lucratividade comprometidos pelo esgotamento da produção em massa do modelo fordista, pelos entraves à circulação mundializada de capitais e pelos investimentos no campo das políticas públicas.

Assim, a combinação desses processos configurados na flexibilização da produção altera profundamente as condições da sociedade do assalariamento (CASTELLS, 1990), a desregulamentação das relações entre capital e trabalho (QUADROS, 1999), a divisão internacional do trabalho (SINGER, 1998; POCHMANN, 2001), a flexibilização dos contratos de trabalho, a sub-utilização da força de trabalho, gerando um excedente de mão-de-obra mundial e redefinindo o perfil dos trabalhadores, em geral, e dos operários, em particular.

Para elucidar o contexto e os desdobramentos desse quadro é importante que se compreendam alguns aspectos das crises cíclicas do capital e seus modos de recomposição, particularmente após a “grande

⁹ Mandel, 1990; Harvey, 1992; Antunes, 1995; Oliveira, 1995; Singer, 1998; Ianni, 1998, Quadros, 1999.

depressão” (1929/1933), cuja superação baseou-se na conclusão de que a economia não se auto-regulava microeconomicamente apenas, ou seja, desconsiderando os aspectos políticos, culturais e sociais envolvidos, o que passa a exigir a participação do Estado como planejador/administrador da economia, em contrapartida à economia de mercado “pura”, “uma importante justificativa para a construção do estado de bem-estar social, desde os anos 30” (SINGER, 1998, p. 79), que assegurasse a regulação da economia – a manutenção dos níveis de emprego, políticas de distribuição de renda na forma de salários e direitos trabalhistas.

É deste modo que o keynesianismo, já hegemônico nos EUA desde a década de 1930, torna-se o grande referencial no pós II Guerra Mundial, não só como perspectiva para superação da crise, mas também como mecanismo político/institucional de crescimento e expansão do capitalismo. O Estado-Providência (Welfare State) cumpriu esse papel por meio de mecanismos regulatórios que mediaram as contradições do capital, difundindo o projeto de uma sociedade sustentada na cooperação entre capital e trabalho, do ideário taylorista¹⁰, e um direcionamento para a sociedade de consumo de massa, do modelo fordista.

O modelo taylorista/fordista foi o processo de trabalho predominante na grande indústria capitalista no decorrer do século XX, aproximadamente até os anos 70. Esse modelo se caracterizou pela produção em série, fragmentação das funções (o homem-máquina); separação entre elaboração e execução; operário-massa; unidades fabris concentradas e verticalizadas; linhas de produção.

Sob a predominância do ideário keynesiano, o período de 1945 a 1970 correspondeu à “idade de ouro do capitalismo”, um notável desenvolvimento das relações sociais capitalistas, “caracterizado pela internacionalização da produção industrial e de serviços, expansão do comércio internacional e concentração acentuada do capital, sob a hegemonia dos EUA no mercado internacional” (ALVES, 1996, p. 113).

Esse modelo de crescimento constituído pela lógica de valorização do capital e suas próprias contradições, reguladas ou administradas pelo protagonismo dos Estados-Nação, com garantia do pleno emprego, estabilidade e crescimento do padrão de vida em geral, propiciaram conquistas dos trabalhadores industriais, fruto de sua

¹⁰ Um dos postulados de Taylor para harmonizar as relações capital-trabalho é garantir o máximo de prosperidade ao patrão e, igualmente, ao empregado, por meio de salários mais altos e adequação das aptidões dos homens de modo eficiente. Taylor, F.W. Princípios da Administração Científica, S.P., Atlas, 1985.

organização ao longo desses anos de luta. Conquistaram boa remuneração, o direito de se sindicalizar, de negociar coletivamente com os empregadores, de fazer greve sem o risco de demissão, de ter representação permanente junto à direção da empresa.¹¹ A combinação desses fatores é o que Mattoso (1993) chama de *segurança no trabalho*. A condição concretizada neste cenário histórico, de globalização industrial (1945/1960), promovida pelos países desenvolvidos, expandiu-se para regiões periféricas e semi-periféricas, o que conferiu a centralidade do trabalho no processo de modernização da sociedade.¹² Na perspectiva de alguns analistas como Giuseppe Cocco (2000), o trabalho foi fator de integração da sociedade salarial, e, portanto, de cidadania, pois pelo trabalho eram acessados direitos, como a previdência, sistema saúde, seguro-desemprego, entre outros promovidos pelo Estado de bem-estar social.

Podemos configurar, dessa forma, o perfil da classe trabalhadora fixado por esse modelo de gestão do capital, que, no seu processo de acumulação, dependeu, de alguma maneira, do tempo de permanência no trabalho e experiência profissional na função, de dispositivos de regulação e maximização da produtividade, que se traduziu na organização coletiva dos trabalhadores focalizando a negociação salarial, a resistência à intensificação do ritmo da produção e da jornada de trabalho, a preservação da liberdade sindical e outros instrumentos de mediação do conflito entre capital e trabalho.

Essas mesmas condições que promoveram a segurança no trabalho na sociedade do assalariamento contribuíram, conforme os ideólogos do projeto neoliberal, para os processos inflacionários desencadeados em meados da década de 60, que podem ser caracterizados como a ponta do *iceberg* de um conjunto de determinações decorrentes do próprio desenvolvimento do regime de acumulação do capital e do modo de regulação fordista-keynesiano. Traduzidas em acontecimentos históricos e sociais, e em fatores

¹¹ É necessário considerar, contudo, que tais conquistas somente podem ser devidamente apreendidas a partir da divisão internacional do trabalho, quer dizer, tendo-se claro que são alcançadas primeiro e mais profundamente nos países centrais e, ainda, são também diferenciadas no interior dos setores produtivos, sendo mais facilmente efetivadas nos setores produtivos monopolistas.

¹² Nessa fase, os EUA transferem recursos para a Europa e Japão (destruídos pela guerra e pela bomba atômica), e viram, nesse investimento, não só as possibilidades de expansão de sua hegemonia, mas a garantia de alianças no contexto da Guerra Fria. São os “Anos Dourados”, nos quais a produção e consumo, a produtividade e salários são homogeneizados para cima. Observa-se, nesse período, a conversibilidade monetária, a queda das barreiras alfandegárias, a repartição de ganhos.

econômicos, pode-se falar em *déficits* comerciais nos EUA, em função dos gastos militares com a Guerra do Vietnã (década de 60) e da importação de bens e serviços, na crise do petróleo (pelo aumento expressivo de preços pelo cartel dos países árabes), da queda da taxa de juros e da produtividade e da pressão sobre a desindexação dos salários como elementos condicionadores da nova crise do capital cujo marco histórico se dá em 1973 (ALVES, 1996; LIPIETZ, 1988).

Além dos aspectos especificamente econômicos lembrados acima, os trabalhadores, na Europa ocidental, nos anos 60, radicalizaram suas lutas, inclusive pela discussão de que a cidadania não poderia ser restrita ao universo exterior ao espaço fabril. Harvey (1992) caracteriza essa crise pela combinação de três elementos: a superacumulação do capital-dinheiro (proveniente da fase de ouro do capitalismo), que atinge dimensões globais; o excedente de capacidade produtiva (esgotamento da produção em massa); e a dinâmica intrínseca entre capitalismo e inovação tecnológica/organizacional.

Esses três elementos incidem no que se conhece como as mutações do mundo do trabalho (a reestruturação da produção e da organização do trabalho) e, simultaneamente, definem um novo perfil para classe trabalhadora, refém do novo modelo de gestão do capital e de sua estratégia de recomposição (especialmente dos lucros), intensificada pela globalização, que radicaliza a internacionalização dos oligopólios, e pelo neoliberalismo, que dá sustentação política e ideológica a esse processo.

A virada dos anos de 60 para os anos 70 pode ser considerada o início de uma nova etapa da globalização, com a abertura e desregulamentação do sistema protecionista existente até então nos países periféricos, de forma a maximizar a importação de produtos industrializados dos países centrais; igualmente, o deslocamento de toda a infra-estrutura do processo produtivo para os países periféricos, em busca do barateamento da força de trabalho, bem como de localidades com baixa expressão de organização e lutas por parte dos trabalhadores, e, ainda, conquista de novos mercados consumidores.

O caráter predominantemente financeiro da globalização, nas últimas décadas do século XX, inibe a produção industrial, potencializa o volume de transações financeiras de curto prazo, redefine as relações hierárquicas com enxugamento de postos de trabalho, terceiriza atividades que não agregam valor ao produto, redefinindo a divisão internacional do trabalho.

Esse movimento de flexibilização presente no capitalismo contemporâneo atinge de modo estrutural o mundo do trabalho,

ganhando destaque a reestruturação produtiva, acoplada a novos modelos de gestão e inovação tecnológica, que se desdobra no enfraquecimento do sindicalismo, na redistribuição espacial da atividade econômica e na crescente informalização da força de trabalho. Verifica-se, portanto, um predomínio das forças de mercado sobre o mundo do trabalho.

Ricardo Antunes (1995) destaca o modelo toyotista de reestruturação da produção e afirma que a nova estratégia do capital põe em marcha as transformações e a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global.

No interior da dinâmica organizacional a “reestruturação produtiva” reorganiza os processos de trabalho por meio da gestão da qualidade e toma o toyotismo como um modelo alternativo ao padrão taylorista/fordista. Com utilização de técnicas de gestão do conhecimento e da subjetividade, os operários tornam-se polivalentes, operando várias máquinas, e auto-monitoram-se, por meio de equipes de controle e avaliação. A produção em série é substituída pelo sistema *just-in-time* (produção determinada pela demanda e ritmo do mercado, estoques mínimos e descentralização da manutenção, evocando-se o profissional multifuncional); promove-se a horizontalização da produção, por meio da terceirização e do enxugamento, imprimindo a desregulamentação dos direitos trabalhistas “[...] pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, sub-contratado, *vinculados à economia informal*” (Antunes, 1995, p. 44, grifos dos autores).

As características desse modelo abarcam também as dimensões sociais e culturais, devido à diluição do processo coletivo de organização dos trabalhadores, ou seja, um ataque frontal ao sindicalismo de caráter combativo e a promoção de um sindicalismo de envolvimento, construído por vias de cooptação e repressão da ação sindical. As metamorfoses no mundo do trabalho geradas pela acumulação flexível do capital é uma ofensiva para impor controle sobre o trabalho, negar a determinação contraditória e antagônica do trabalho em relação ao capital, anulando as expressões de luta de classes, conforme análise de Giovanni Alves (1996).

No entanto, o fato de que a reestruturação produtiva preconiza tais perspectivas exige atenção para as suas próprias contradições. O toyotismo¹³, no seu conjunto, trabalha com uma carga de assimilação

¹³ Embora as técnicas advindas do toyotismo tenham sido implantadas paulatinamente, há que se destacar o fato de que se baseiam no padrão sociocultural japonês,

sociocultural que não consegue adesão homogênea dos trabalhadores, até porque a constituição da sociedade é fundamentalmente histórica e se processa por contradições, dimensões objetivas e subjetivas, que atravessam esse momento promovendo também resistência e oposição.

Ao mesmo tempo em que o capitalismo se afirma no cenário atual, inversamente “[...] torna-se mais complexo e mais difícil reconhecer, enfim, o perfil das classes sociais” (OLIVEIRA, 1987, p. 10). Para o autor isto só pode ser desvelado se houver a clareza da questão da “unidade dos contrários”. Por outro lado, aponta que um dos problemas da teoria marxista das classes sociais consiste no fato de que “[...] a esfera da produção é privilegiada, isto é, a infra-estrutura como determinante, enquanto a política é relegada ao plano longínquo da superestrutura, como um simples reflexo” e que “Gramsci [...] buscou recolocar [a política] como uma dimensão essencial do movimento; pode-se considerar também a proposição de Pierre Bourdieu, que põe em relação a objetividade da infra-estrutura e a subjetividade de suas representações.” (OLIVEIRA, 1987, p. 11)

Os caminhos teóricos e metodológicos trilhados até aqui buscam as conexões e mútua determinação entre a infra-estrutura e a superestrutura, entendendo que esta última não consiste tão somente num “simples reflexo” da primeira, mas em elaborações que podem ocorrer por subjetivações que se constituam no que Leite qualifica como agenciamento utópico, ou seja, quando os sujeitos constroem suas utopias, dando-lhes o sentido de superação da realidade existente. (1998, p. 79)

Se o conjunto de processos e questões acima embasaram o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais - NEPPS na consecução de sua primeira fase da pesquisa (o perfil dos trabalhadores desempregados no período 1996-2000), devemos considerar, ainda, outros fatores, dentre eles o papel da sindicalização na vida do trabalhador desempregado, já que se considera o sindicato como possibilidade de agenciamento organizativo para o sujeito, pois, enquanto sujeito coletivo, o sindicato “é resultado do movimento de pessoas que disputam posições, que se articulam e se organizam para diferentes graus de participação social e política. Uma entidade sindical, uma ONG, um jornal, um grupo militar ou um partido político são instituições que organizam força (social, política, ideológica,

dificultando, assim, sua incorporação de forma homogênea e mecânica, pelas indústrias brasileiras. Vide Leite, 1998, e Hirata, 1983.

militar) para disputar distintas formas de poder na sociedade.” (LEITE, 1998, p. 79).

Os ajustes articulados em nível global intensificam a concentração e centralização do capital por meio das “[...] corporações transnacionais, ainda maiores e mais poderosas, com capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por conseqüência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo-se, inclusive, a jurisdições nacionais” (POCHMANN, 2001, p.29) - acontecimento amplamente assimilado no Brasil.

A reestruturação produtiva no Brasil

A magnitude populacional e territorial do Brasil interessa, sobremaneira, ao capitalismo dos países centrais, devido à necessidade de expansão de seus mercados consumidores. A abertura comercial adquire ênfase com o primeiro governo democraticamente eleito após o golpe militar de 1964, especificamente após a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989.

A estabilidade monetária, em processo no governo de Itamar Franco, com o Plano Real, concebido por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, ganha ares de realidade nos anos seguintes, após tornar-se Presidente da República em 1994 e reeleito em 1998. São processos históricos vividos em âmbito nacional que se entrelaçam com o alinhamento brasileiro às determinações da globalização capitaneada pelos países de capitalismo central.

Desse modo, o Brasil e outros “[...] países periféricos e semiperiféricos, no intuito de oferecer condições mais satisfatórias à atração das corporações transnacionais, aceitam [...] o programa de agências multilaterais como FMI e BIRD [...] e a desregulamentação dos mercados de trabalho”, conforme Pochmann (2001, p. 31).

Esses processos são os que compõem e integram a desregulamentação das relações entre capital e trabalho, implicando a perda e/ou redução de direitos trabalhistas consubstanciados em lei, estruturados no Brasil durante o século XX, como resultado de suas mais expressivas contradições.¹⁴

Trata-se de aumentar a competitividade das empresas nacionais, mas também, e sobretudo, de garantir maior capacidade de acumulação, concentração e reprodução do próprio capital. Portanto, a competitividade da indústria nacional aparecerá como uma

¹⁴ A esse respeito, remetemos a BEHRING, 1998.

necessidade resultante de um intenso movimento de inovação tecnológica e redução dos direitos trabalhistas. Nessas rubricas, encontra-se a composição do emprego de menor qualificação, que é descartada pela reestruturação produtiva a serviço da reprodução do capital e do capitalismo atingindo altos índices de produtividade com reduzida força de trabalho. Essas condições também permeiam o tecido social - as formas de sociabilidade e o cotidiano do trabalhador.

Pochmann (2001) demonstra os efeitos da reorganização da Divisão Internacional do Trabalho no Brasil em pesquisas realizadas entre 1994 e 1999, em que aponta a deterioração na distribuição de renda, a baixa geração de postos de trabalho qualificados, perda absoluta e relativa de postos de trabalho na indústria de manufatura, forte desaceleração dos postos de trabalho assalariados formais, em geral, e aumento de precarização da força de trabalho. Os grupos profissionais que mais ampliaram a participação relativa no total de ocupação foram os serviços básicos, caracterizados por baixa remuneração e pela participação feminina, sobretudo nos serviços básicos e de direção e nível superior.

A partir da totalidade dos dados das pesquisas realizadas por Pochmann (2001), observa-se que o perfil das ofertas profissionais em alta no país não está associado às exigências de maior qualificação profissional. Constata-se a mudança do perfil do desemprego, que deixa de ser um fenômeno que atingia segmentos específicos da sociedade, para se generalizar por quase toda a população ativa. Afirma o autor:

[...] parecem falsas, tanto as hipóteses que sustentam existir mudanças generalizadas no conteúdo dos postos de trabalho, como os argumentos que apontam para a existência de desemprego motivada por uma oferta de trabalho inadequada aos requisitos da contratação empresarial. (2001, p. 70)

A manutenção das condições impostas pela competitividade determinou às empresas a introdução de medidas de inovação tecnológica (QUADROS *et al.*, 1999, p. 54), que podem ocorrer como modificação do produto, ou seja, alteração de suas características, composição, entre outros, ou como modificações no processo produtivo. Quadros *et al.* (1999, p. 54-55) ainda demonstram que, no estado de São Paulo, durante o período 1994-1996, 24,8% das indústrias já introduzem processos de inovação tecnológica. Por outro lado, justamente o setor objeto deste estudo – os desempregados da indústria metalúrgica – encontra-se numa posição intermediária quanto ao índice de inovações

tecnológicas, quer aplicadas ao processo produtivo, quer aplicadas ao produto, pois

“[...] as indústrias produtoras de bens intermediários e algumas metal-mecânicas e elétricas convencionais compõem o grupo de indústrias brasileiras mais competitivas, e estão entre aquelas que desenvolveram uma considerável capacitação tecnológica.” (QUADROS *et al.*, 1990, p. 60).

É importante salientar que o processo de inovação tecnológica, em si mesmo, ajuda-nos a compreender apenas as alterações no interior do próprio trabalho, em suas estruturas e relações, já que, numa certa simplificação, a história nos mostra que essas inovações têm sido constantes. O que de fato importa é que as inovações tecnológicas têm garantido apenas os processos de acumulação, concentração e reprodução do próprio capital, na medida em que o trabalho se torna apenas mais uma mercadoria. Tais medidas de inovação tecnológica, no caso brasileiro, têm gerado aumento da insegurança no trabalho, ou seja, a possibilidade de perdê-lo e, ainda, o surgimento de

“[...] postos de trabalho inatingíveis para a maioria dos trabalhadores, o que provoca o aumento da segmentação, da heterogeneidade e da exclusão social, que caracterizam historicamente o mercado de trabalho brasileiro”. (FERREIRA e AQUILINI, 1999, p. 160).

Identificamos que o desemprego, no caso brasileiro, aponta para a precarização do trabalho e os direitos sociais e trabalhistas que estiveram, pelo menos até o momento, fortemente vinculados ao mercado de trabalho formal tende ao mesmo destino, isto é, a precarização.

Para Ruas (1994), a tendência brasileira é um tipo de adaptação à reestruturação produtiva em que predomina a realidade do mercado, com os trabalhadores assumindo o maior ônus da crise.

No conjunto desses dados, não se devem desprezar as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do SEADE, que contribui com dados demográficos fundamentais para compreender a relação entre PIA e PEA, respectivamente, População em Idade Ativa (com 10 anos e mais) e População Economicamente Ativa (representada pela população da PIA que está desempregada ou ocupada), e o crescente desemprego e trabalho informal. Constata-se

que há um crescimento superior da População em Idade Ativa (PIA) em relação à População Economicamente Ativa (PEA), significando que o mercado de trabalho, ao longo desses anos, incorporou novos contingentes populacionais. Uma decorrência desse fator diz respeito à “onda jovem” decorrente do nascimento, em décadas passadas, de um grande número de pessoas que agora afluem ao mercado de trabalho. Ambos os fatores pressionam os índices de desemprego formal, principalmente na região metropolitana de São Paulo, onde essa pesquisa se realiza.¹⁵

A flexibilização do capital, espaiada no quadro crítico do nível de desemprego assalariado no Brasil, deve-se também à escassez de renda das famílias/cônjuges que, além de intensificar a feminilização da força de trabalho (para complementar orçamento familiar, e que acabam por se tornar também desempregadas e ou trabalhadoras em condições precarizadas), assimila jovens e crianças que deveriam estar fora do mercado de trabalho (radicalizando a deterioração do nível de educação e formação da força de trabalho no presente e para o futuro). Nesse quadro de ausência de rendimentos, que contribui para a escassez de postos de trabalho, observa-se, ainda, a permanência de pessoas com idade mais avançada no mercado de trabalho. (POCHMANN, 2001; CHAHAD, 2002).

Mesmo com ambigüidades, as condições objetivas de trabalho que se evidenciam com a investida do capital flexível forjam um novo perfil para classe trabalhadora, configurado: na redução dos postos de trabalho; na diminuição da permanência no emprego; no rebaixamento do padrão de remuneração; no posicionamento defensivo dos sindicatos, desarticulando os sistemas de negociação coletiva; na feminilização da mão-de-obra, em formas atípicas de contrato de trabalho (subcontratação de trabalho em domicílio, eventuais e por tempo parcial); na elevação dos quadros de estagiários, aprendizes e crianças, sobretudo pela incerteza e volatilidade do mercado, sem respaldo social para aqueles que dependem unicamente da sua força de trabalho.

O conjunto de proposições acima constitui um delineamento de alguns elementos presentes na pesquisa, e, portanto, base para discutir os dados das tabelas que seguem e traçar o perfil da classe dos trabalhadores metalúrgicos desempregados do município de São José dos Campos.

¹⁵ Chahad, J.P.Z. Tendências Recentes no Mercado de Trabalho, São Paulo em Perspectiva, 17 (3-4),: 205-217, 2003.

Desemprego na Indústria Metalúrgica de São José dos Campos, SP - 1996 - 2000

Localizado no médio Paraíba, o município de São José dos Campos faz parte de uma região de reconhecida industrialização e de tecnologia de ponta.

No final da década de 1950, esse município passa a receber a instalação de empresas multinacionais, como a Johnson & Johnson, General Motors e Ericsson, correspondendo ao período de expansão industrial, que permaneceu em ascensão até a década de 1970, constituindo-se em um pólo industrial diversificado e de grande importância econômica .

Assistiu-se, também, à implantação de indústrias de grande importância ao projeto de desenvolvimento nacional, como a Empresa Brasileira de Aeronáutica-EMBRAER, a Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRAS, e centros de pesquisa, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e o Centro Técnico Aeroespacial – CTA. Não por acaso, o município foi considerado área de segurança nacional.

Na década de 1990, a exemplo de outras regiões do país, o município de São José dos Campos, inserido no Vale do Paraíba, sofre os reveses da reestruturação produtiva das empresas e suas seqüelas, ocorrendo demissões em massa e desemprego, conforme revelam os dados da Fundação SEADE, ao demonstrar que, entre 1990 e 1993, o número de empregos na região caiu de 128.116 vagas para 99.447.

Tais dados explicam as mudanças nas relações sociais de produção, refletindo na organização sociopolítica da região, em sintonia com as novas formas de acumulação do capital, a reorganização dos modos de produção, organização do trabalho, repressão do movimento sindical e novas configurações no perfil da classe trabalhadora.

Esse quadro levou-nos a buscar a compreensão de como o desemprego se particularizou no segmento dos trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos, no final da década de 1990.

Restritas às informações disponíveis nas fichas de homologação, conforme mencionado anteriormente, as tabelas apresentadas na seqüência revelam informações concernentes ao perfil desses trabalhadores, atendendo à primeira fase desta pesquisa, que pretende, ao seu final, compreender a trajetória dos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho.

A análise dos dados da pesquisa documental não permitiu identificar qualitativamente a relação direta entre tempo de permanência no trabalho - como expressão da experiência ou

qualificação profissional - e faixas de assalariamento e vinculação ao movimento sindical, traços tradicionalmente significativos para a configuração da classe trabalhadora.

Verificamos, na tabela 1, que o tempo de permanência no emprego tem sua maciça concentração no período de 01 a 06 anos de trabalho, ou seja, 74,48% do total.

Tabela 1: Tempo de permanência no emprego dos trabalhadores demitidos da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP – 1996 – 2000 (em %)

Tempo de Permanência no Emprego	%
Até 01 ano	2,03
+ 01 ano a 06 anos	72,45
+ 06 anos a 11 anos	11,91
+ 11 anos a 16 anos	5,40
+ 16 anos a 21 anos	3,27
+ 21 anos a 26 anos	3,52
+ 26 anos a 31 anos	1,08
+ 31 anos a 36 anos	0,06
Acima de 36 anos	0,09
Prejudicados	0,19
Total	100

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - SP

Supõem-se duas ordens de fatores para tal realidade: a primeira refere-se à facilidade encontrada pelo empregador na substituição da mão-de-obra, quer pela existência de um amplo exército industrial de reserva, quer pela ausência de aparato jurídico que proteja o trabalho.

A segunda diz respeito à diminuição dos custos com encargos sociais relativos à demissão, ou seja, o menor tempo de trabalho acarreta menor ônus para o empregador. Percebe-se que a percentagem de demitidos diminui dentre os que têm maior tempo de trabalho. Ainda no tocante à relação do desemprego com a faixa etária, percebe-se, na tabela 2, que o desemprego distribui-se com pequenas variações em todas as faixas etárias do conjunto dos trabalhadores considerados economicamente ativos.

Verificamos ainda, na tabela 2, que o desemprego que vem ocorrendo a partir da reestruturação produtiva na indústria metalúrgica atinge todos os trabalhadores, independentemente da faixa etária.

Tabela 2: Idade da ocorrência da demissão entre os trabalhadores demitidos da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP – 1996 – 2000 (em %)

Idade da demissão	%
Até 18 anos	1,43
+ 18 anos a 24 anos	21,98
+ 24 anos a 30 anos	14,55
+ 30 anos a 36 anos	18,08
+ 36 anos a 42 anos	22,11
Acima de 42 anos	21,54
Prejudicados	0,31
Total	100

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – SP

Percebemos que a demissão ocorreu com pequena variação em todas as faixas etárias, excetuando-se a faixa etária até 18 anos, o que demonstra, também, que se contratam menos trabalhadores dessa faixa de idade.

Entretanto, se o desemprego na indústria metalúrgica de São José dos Campos atinge indiscriminadamente os trabalhadores, no tocante à faixa etária, podemos inferir que a experiência é vivida diferenciadamente, pois as expectativas para conseguir emprego são menores nas faixas etárias mais elevadas. Esse fato coincide com o discurso das autoridades públicas e programas sociais sobre a importância do primeiro emprego e do emprego para os mais velhos.¹⁶

Essa é uma consideração fundamental para o estudo da subjetividade do trabalhador desempregado, pois em seu cerne está o componente mencionado acima, a expectativa, ou seja, qual devir possível na situação socioeconômica brasileira atual.

Os levantamentos apontam, ainda, que a faixa etária é um fator importante para o estudo da relação entre trabalhador e sindicato, já que, como indicado na introdução, pode-se considerar que o sindicato é uma instituição que permite o agenciamento organizativo dos sujeitos. Outro aspecto a ser considerado na análise do desemprego entre metalúrgicos em São José dos Campos, refere-se ao período

¹⁶ O governo federal, por meio da Lei 10.748/2003, criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE. Essa lei foi posteriormente alterada pela Lei 10.940/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.199/2004. O PNPE tem por objetivo incentivar a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização. Para tanto, os empregadores se beneficiam de incentivos por tais contratações, recebendo o Selo da Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego, que pode ser utilizado em seus produtos e/ou serviços e em suas campanhas publicitárias, conforme informações do Ministério do Trabalho e Emprego <www.mte.gov.br>.

pesquisado: 1996-2000. Esse período coincide com o agravamento do desemprego no Brasil. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) aprofundou a política neoliberal desencadeada no governo Collor de Mello.

Nesse sentido, a orientação política trabalhista adotada no governo FHC, como a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, implicou perda de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.¹⁷

Do ponto de vista da política macroeconômica, segundo Lebauspain e Mineiro (2003), o governo FHC foi marcado pela estagnação da economia, ocasionada pela condições de fragilidade estrutural, quanto aos setores externos e finanças públicas. Os mesmos autores argumentam que há sensíveis mudanças entre a fase da economia que vai até 1998 e aquela que tem início em 1999. No segundo semestre de 1998 houve forte desvalorização do real frente ao dólar e conseqüente fuga de capitais, expondo de forma mais clara, pela primeira vez, os limites do Plano Real¹⁸, adotado desde 1994.

A Tabela 3 demonstra como, no período 1996- 2000, os trabalhadores metalúrgicos, em sua ampla maioria (91,9%), são demitidos involuntariamente, acompanhando os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE e DIEESE (PME/IBGE) para a Região Metropolitana de São Paulo, no mesmo período, que apontava que a taxa de desemprego subiu consistentemente a partir dos meados de 1995, crescendo de 15% para cerca de 20% (LEBAUSPIN; MINEIRO: 2003, 19-20).

¹⁷ O DIEESE relaciona as principais medidas de flexibilização das leis trabalhistas ao longo do primeiro mandato de FHC, que foram sistematicamente renovadas por medidas provisórias até se tornarem lei, como o Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado (Lei 9601) e o Trabalho em Regime de Tempo Parcial (MP.1709). Para maior detalhamento, vide <www.dieese.org.br/realSano.html>.

¹⁸ “O Plano Real consistiu em uma combinação de abertura comercial e liberalização financeira, simultâneas ao estabelecimento de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, utilizando o recurso às importações baratas como elemento de força contra eventuais pressões inflacionárias internas nos setores de bens comercializáveis internacionalmente.” LEBAUSPIN; MINEIRO (2003, 13-14)

Tabela 3: Trabalhadores Desempregados da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP, segundo Ano e Motivo de Demissão– 1996 – 2000 (em %)

Ano de demissão	1996	1997	1998	1999	2000	TOTAL
Motivo da demissão						
Sem Justa causa	8,54	23,09	23,69	21,18	15,34	91,9
Pedido de Demissão	0,63	1,78	1,30	0,92	1,01	5,6
Aposentadoria	0,03	0,19	0,06	0,60	0,22	1,1
Término de Contrato	0,03	0,03	0,44	0,12	0,12	0,8
Morte	0,19	0,06	0,15	0,19	-	0,6
Total	9,42	25,16	25,67	23,03	16,72	-

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - SP

A demissão involuntária na indústria metalúrgica possui tal magnitude que é possível afirmar que o desemprego não é causado por questões relacionadas ao desempenho do trabalhador. Por conseguinte, parece reiterada a hipótese de supressão de postos de trabalho pela reestruturação produtiva, e também pelo comportamento mais geral da economia, como argumenta Pochmann (2001, p. 106).

Do ponto de vista da renda, as consequências da política econômica não poderia ser diferente. O rendimento real médio dos trabalhadores empregados na indústria paulista caiu sistematicamente, de 72,59%, em 1997, para 63,85%, em 2000, também para a Região Metropolitana de São Paulo, de acordo com dados do DIEESE/SEADE.

Em São José dos Campos, entre os trabalhadores metalúrgicos demitidos, como indica a Tabela 4, podemos perceber que a faixa salarial de concentração das demissões situa-se entre 01 e 06 salários mínimos, totalizando 82,17% do cômputo geral dos desempregados.

Tabela 4: Trabalhadores Desempregados da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP, segundo Salário e Ano de Demissão – 1996 – 2000 (em %)

Salário	Até	1 a 3	4 a 6	7 a 9	10 a 12	Mais 12	Não Inf.	TOTAL
Ano de demissão	de 1 s.m.	s.m.	s.m.	s.m.	s.m.	s.m.	salário	
1996	0,03	4,51	3,59	0,69	0,22	0,35	0,03	9,42
1997	0,19	12,1	9,34	1,62	0,57	1,24	0,06	25,16
1998	0,09	9,5	11,28	2,29	1,24	1,21	0,06	25,67
1999	0,09	10,4	7,97	1,97	0,98	1,53	-	23,03
2000	-	8,74	4,61	1,33	0,92	1,05	0,06	16,72
Total	0,4	45,3	36,8	7,9	3,93	5,38	0,22	100,00

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - SP

Tais dados indicam que as empresas demitem os trabalhadores que se encontram na base da pirâmide produtiva com os mais baixos salários e, portanto, que realizam o trabalho de menor complexidade. Isso sugere a facilidade de reposição dos trabalhadores que constituem a base dos processos produtivos.

Tabela 5: Trabalhadores Desempregados da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP segundo Salário e Sindicalização – 1996 – 2000 (em %)

Sindicalização	SIM	NÃO	SEM INF.	TOTAL
Faixa salarial				
Até 1 s.m.	0,03	0,13	0,25	0,40
De 1 a 3 s.m.	3,18	24,43	17,75	45,37
De 4 a 6 s.m.	6,64	12,93	17,21	36,80
De 7 a 9 s.m.	1,23	2,92	3,75	7,90
De 10 a 12 s.m.	0,47	1,75	1,71	3,93
Acima de 12 s.m.	0,25	2,76	2,35	5,38
Não informa salário	-	0,09	0,13	0,22
Total	11,8	45,00	43,2	100,00

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos –SP

Não obstante o número elevado de respostas prejudicadas, no que diz respeito à sindicalização (43,2%), o quadro acima evidencia que, entre os demitidos, é significativo o número de trabalhadores não sindicalizados (45%), e que a concentração destes recai na faixa salarial daqueles que percebiam de 1 a 3 salários mínimos (24,43%).

A tabela acima traz à tona uma questão que merece estudos específicos, pois, conforme entendemos, a partir dos processos de reestruturação produtiva, teremos alterações significativas na relação entre trabalhadores e sindicato. O próprio movimento sindical estará no centro do ataque dos governos, com atuações fundadas no neoliberalismo. Tomemos como exemplo o rigor da atuação do governo Thatcher contra o movimento dos trabalhadores da minas de carvão na Inglaterra e o da atuação do governo FHC contra os petroleiros.¹⁹

Tabela 6: Trabalhadores Desempregados da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP segundo Salário e Sexo– 1996 – 2000 (em %)

Salário Sexo	Até 1 s.m.	1 a 3 s.m.	4 a 6 s.m.	7 a 9 s.m.	10 a 12 s.m.	Mais 12 s.m.	Não Inf. Salário	TOTAL
Mulheres	0,12	11,59	5,43	0,95	0,60	0,54	-	19,23
Homens	0,28	33,65	31,35	6,95	3,33	4,83	0,22	80,65
Não inf. sexo	-	0,12	-	-	-	-	-	0,12
Total	0,40	45,37	36,8	7,9	3,93	5,38	0,22	100,0

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – SP

Os estudos realizados no Brasil, nos anos de 1990, apontam para um menor número de mulheres empregadas nas indústrias do setor metalúrgico, em comparação ao número de vagas ocupadas por homens. Por outro lado, a tabela indica que o desemprego atinge, basicamente na mesma proporção, homens e mulheres.

Tabela 7: Trabalhadores Desempregados da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP segundo Sexo e Sindicalização– 1996 – 2000

Sindicalização	Sim	Não	Sem inf.	TOTAL
Sexo	%	%	%	%
Mulheres				19,23
Homens				80,65
Não informa sexo	-	75,00	25,0	0,12
Total	11,82	45,01	43,17	100,00

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – SP

Considerando a proporcionalidade do menor número de mulheres empregadas na indústria metalúrgica, a diferença entre homens e mulheres sindicalizados não é significativa. Entre os homens encontram-se 9,97% sindicalizados, e 1,84%, entre as mulheres.

¹⁹ Ver Pablo Gentili.

Tabela 8: Trabalhadores Desempregados da Indústria Metalúrgica de São José dos Campos – SP segundo Idade e Sindicalização– 1996 – 2000 (em %)

Sindicalização	15 A 25 anos %	26 A 35 anos %	36 A 46 anos %	Acima 46 anos %	Não inf. Idade %	Total %
Sindicalizado						
Não sindicalizado	2,00	4,38	3,15	2,26	0,03	11,82
Não inf.	16,35	15,12	8,94	4,51	0,09	45,01
Sindicalização	11,91	13,15	10,42	7,46	0,19	43,17
Total	30,3	32,65	22,51	14,23	0,31	100,00

Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos - SP

O percentual de sindicalização é superior nas faixas etárias de 26 a 46 anos, no qual se concentram 63,7% dos sindicalizados. Na faixa etária de 15 a 26 anos, bem como naquela acima de 46 anos, verifica-se aumento no número de sindicalizados. Podemos inferir que os dados revelam a relação histórica recente entre a classe trabalhadora e sindicato, ou seja, entendemos haver aí um padrão histórico de identidade da classe trabalhadora, que tende, possivelmente, a alterar-se a partir dos anos 1990.

Durante a década 1980, o sindicalismo brasileiro desenvolveu uma luta ofensiva, o que favoreceu, e exigiu, mesmo, a construção da identidade de classe entre os trabalhadores. Por outro lado, a partir da implantação da programática neoliberal, os sindicatos passam a uma luta de caráter defensivo, o que pode indicar uma relação que passa pelo descrédito das ações de luta no campo do sindicalismo por parte do próprio trabalhador.

O desemprego, no caso brasileiro, é um fator crucial na reprodução das desigualdades sociais e na reprodução da pobreza, conjugado, segundo Pochmann, à dinâmica econômica, deflação social: carência de renda para amplos segmentos da população e sinais de imobilidade ou de mobilidade descendente. A economia brasileira, sem resolver no passado recente os problemas da desigualdade social, passa ao seu aprofundamento, diante da epidemia do desemprego.

O termo reprodução é utilizado para que se tenha a noção exata de sua significação. Em outras palavras, o fato de as demissões demonstrarem uma concentração nas faixas salariais mais baixas implica justamente que o desemprego atinge uma população com menor condição de poupança e com menor possibilidade de acesso a serviços na área de saúde e previdência particular. Dessa forma, no quadro das desigualdades sociais no país, é justamente a parcela com

menor recursos entre os trabalhadores que fica sem a forma de remuneração dominante na sociedade capitalista: o salário.

O crescimento do mercado informal de trabalho, ao longo do período que se inicia em 1994, significou a diminuição do percentual de trabalhadores com carteira assinada, o que, segundo Dupas (1999), não foi acompanhado por mudanças no imaginário social e, mais especificamente, pelos trabalhadores, que continuam a aspirar o emprego formal e, por conseqüência, todos os direitos trabalhistas a ele associados.

Portanto, os rebatimentos do desemprego para a cidadania repercutem no âmbito da subjetividade, na medida em que, conforme a afirmação de Dupas (1999), o imaginário social continua ainda fundado na expectativa de assalariamento, ou seja, o sujeito procura-se a si mesmo como sujeito trabalhador sem, contudo, encontrar no mercado as condições para concretizar tal expectativa. Instaura-se, dessa maneira, o sofrimento do trabalhador desempregado, no contexto brasileiro, dadas as afirmações de especialistas que, com pouco cuidado teórico e empírico, sustentam que a empregabilidade é responsabilidade do próprio trabalhador. É por essa via que o neoliberalismo reforça o individualismo ou, dizendo de outra maneira, impõe ao trabalhador a culpa pelo desemprego e, igualmente, a responsabilidade pela busca de qualificação profissional para sua reinserção no mercado. E essa reinserção, ao ser buscada, acarreta o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores.

No campo da subjetividade, parece-nos plausível a afirmação acerca do sofrimento causado pelo processo de perda e de busca da identidade do trabalhador. O sofrimento consiste, inclusive, na tentativa de apreender os motivos que geraram o desemprego, já que, conforme vimos no levantamento apresentado nas tabelas, as demissões ocorrem independentemente da qualificação.

A questão que se põe ao trabalhador desempregado é de, justamente, ter de operar a partir de significados que são construídos no interior de uma programática – neoliberal – produzida para os interesses do capital, e não do trabalho.

Por conseguinte, os trabalhadores desempregados, não conseguindo, de maneira imediata, superar a apreensão dos significados que não foram construídos para e por eles, mas para e pelo capital, estão subordinados às condições sociais que lhes são impostas.

Isso implica uma experiência calcada na busca individual e solitária da identidade que lhes é roubada, não apenas pela reestruturação produtiva, mas pela articulação entre uma

reestruturação produtiva que, efetivando-se para garantir ganhos extras ao capital, é combinada com a programática neoliberal, que propôs e implementa – não sem resistências – a reforma do Estado. Essa reforma equivale, na verdade, ao “enxugamento” das políticas sociais, bem como à focalização das mesmas, que passam a ser direcionadas à miséria e à fome, menos que à materialização de direitos sociais.

Por outro lado, o movimento sindical, passando a constituir uma luta defensiva, mesmo que momentaneamente, não tem conseguido oferecer aos trabalhadores, em geral, e aos desempregados, em particular, as possibilidades para a superação da subjetividade que se apresenta presidida por significados inautênticos para o trabalho, porque autênticos apenas para a reprodução e valorização do capital.

Por conseguinte, o desemprego deixa em aberto a questão relativa à cultura de cidadania, já que no caso brasileiro a mesma se constituiu por meio do processo de assalariamento. A supressão dos postos de trabalho que exigem níveis inferiores de qualificação penalizam principalmente os segmentos de trabalhadores que apenas em parte atingiram ou estavam na perspectiva de atingir a condição de cidadania, decorrendo daí o aprofundamento das desigualdades sociais.

Por tudo isso, parece irrefutável a argumentação sobre o caráter de reprodução da desigualdade e da pobreza que está presente na reestruturação produtiva.

Referências bibliográficas

ALVES, G. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho: o Brasil nos anos 90. In: TEIXEIRA, F. J. S. e O., OLIVEIRA, M. A. (Org's). **Neoliberalismo, reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo; Fortaleza; Universidade Estadual do Ceará, 1996.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez: Unicamp, 1995.

ANTUNES, R. (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COCCO, G. **Trabalho e cidadania**: produção na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2000.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERREIRA, S. P.; AQUILINI, G. H. Mercado de trabalho: mudanças estruturais e comportamento. **São Paulo em Perspectiva**. (13) n.º 12. São Paulo: Fundação SEADE, 1999.

FIORI, J L. **Os moedeiros falsos**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FONTES, V. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. In: **Tempo**, 3, Vol.2. Rio de Janeiro: Departamento de História UFF, 1997.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LEITE, J. C. Sujeitos e utopias no capitalismo tardio. **São Paulo em Perspectiva**. (12) n.º 2. São Paulo: Fundação SEADE, 1998.

LINHART, D. El trabajo y el empleo en Francia: algunos elementos del debate científico. In: **Sociología del trabajo**. Nueva Época, 3, 1997.

MANZINI-COVRE. M de L. **No caminho de Hermes e Sherazade**: cultura, cidadania e subjetividade. Taubaté, SP: Vogal, 1996.

MANZINI-COVRE. M. L **O que é cidadania**. 3. ed./8. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

MARQUES, R. M. *et alii*. Recursos Humanos e inovação na indústria paulista. In: **São Paulo em Perspectiva** (13) n. 12. São Paulo: Fundação SEADE, 1999.

MARTINS, J S. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: **Exclusão Social e nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

OLIVEIRA, F. **O elo perdido**: classe e identidade de classe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

QUADROS, R *et alii* . Padrões de inovação tecnológica na indústria paulista: comparação com os países industrializados. In: **São Paulo em Perspectiva** (13) n. 12. São Paulo: Fundação SEADE, 1999.

RUAS, R. Reestruturação socioeconômica, adaptação das empresas e gestão do trabalho. In: Antunes, R. (org) **Reestructuracion Productiva, Trabajo Y Educacion em America Latina**. Campinas, Buenos Aires, Santiago, México, CIID-Cenep/Cinterfor-OIT/IG-Unicamp/UNESCO. 1994, p. 98.

SINGER, P. **Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SEADE. **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, no. 1. São Paulo: Fundação SEADE, 1997.

TEIXEIRA, D. M. **Subjetividade e militância**: histórias de vida de militantes nos movimentos sociais em João Pessoa. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.